

POR UMA POLÍTICA EXTERNA INCLUSIVA: DIÁLOGO COM FABRÍCIO PRADO SOBRE IGUALDADE RACIAL

Hacia una política exterior inclusiva: diálogo con Fabrício Prado sobre la igualdad racial

For an inclusive foreign policy: dialogue with Fabrício Prado on racial equality

ANA TERRA PIMENTEL SANTANA¹
ORCID: 0009-0008-9642-8103

AUGUSTO CESAR SILVA FILGUEIRAS²
ORCID: 0009-0006-1295-8402

HIANN RIELL SOTERO DA SILVA³
ORCID: 0009-0003-7573-6020

LAURA SALVADOR SOUTO⁴
ORCID: 0009-0007-8766-9864

RESUMO

A entrevista com o diplomata Fabrício Prado, concedida ao Programa de Educação Tutorial das Ciências Sociais da Universidade de Brasília (PET/SOL), aborda a complexidade da representatividade racial no Itamaraty. O objetivo da conversa é iluminar os desafios e possibilidades de inclusão de pessoas negras, quilombolas e indígenas na diplomacia brasileira, a partir da experiência do entrevistado. Ao longo do diálogo, Prado destaca a discrepância entre a composição racial da sociedade brasileira e a baixa presença de pessoas negras no corpo diplomático, questionando o impacto dessa ausência na legitimidade da política externa. A entrevista, conduzida com perguntas formuladas por estudantes de Ciências Sociais, enfatiza temas ligados à igualdade racial, políticas públicas e ações afirmativas. Entre os conceitos debatidos, sobressaem representatividade, diversidade institucional e relações raciais no Brasil. Como contribuição, o material evidencia tanto os avanços quanto os limites da atuação do Estado brasileiro na promoção da equidade racial, especialmente no âmbito da política externa. Além disso, ressalta a importância de um corpo diplomático mais plural como instrumento de transformação interna e de projeção internacional alinhada à diversidade da sociedade brasileira.

Keywords: School Trajectories; Education of Ethnic-Racial Relations; Sociology of Education; Affirmative Actions

RESUMEN

1 Graduanda em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Participa do Programa de Educação Tutorial (PET/SOL) da UnB, com a temática "Pensando invisibilidade e resistências nas trajetórias de intelectuais negras e negros nas Ciências Sociais". Realizou dois projetos de Iniciação Científica (PIBIC) sobre raça e estereótipos de gênero e sobre educação ambiental crítica. E-mail: anateraps@gmail.com.

2 Graduado em Ciências Sociais – Licenciatura. Augusto Cesar Silva Filgueiras é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), com atuação em pesquisa, extensão e eventos acadêmicos. Foi estagiário na *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa* e na Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial. Participou dos projetos "Ciências Sociais nas Escolas" e "Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez" e, atualmente, integra o Programa de Educação Tutorial das Ciências Sociais da Universidade de Brasília. E-mail: augusto.filgueirass@gmail.com.

3 Graduado em Ciências Sociais. Hiann Riehl Sotero da Silva é licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Graduando em Sociologia na mesma instituição, atua em pesquisas sobre questões étnico-raciais e interseccionalidade. Integrante do Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais (PET/SOL-UnB) e do Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz/UnB), atualmente dedica-se a projetos de extensão voltados aos estudos sobre comunidades tradicionais na Amazônia. E-mail: hiannsotero@gmail.com

4 Graduanda em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Participa do Programa de Educação Tutorial (PET/SOL) da UnB, com a temática "Pensando invisibilidade e resistências nas trajetórias de intelectuais negras e negros nas Ciências Sociais". Autora do artigo "Da racialização aos desdobramentos da Lei de Cotas no Brasil", publicado na *Revista Politeia*, ed. 4, 2025. E-mail: laurasalvadorsouto@gmail.com.

La entrevista con el diplomático Fabrício Prado, realizada por el Programa de Educación Tutorial en Ciencias Sociales de la Universidad de Brasilia (PET/SOL), aborda la complejidad de la representatividad racial en el Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil (Itamaraty). El objetivo de la conversación es iluminar los desafíos y posibilidades de inclusión de personas negras, quilombolas e indígenas en la diplomacia brasileña, a partir de la experiencia del entrevistado. A lo largo del diálogo, Prado destaca la discrepancia entre la composición racial de la sociedad brasileña y la baja presencia de personas negras en el cuerpo diplomático, cuestionando el impacto de esa ausencia en la legitimidad de la política exterior. La entrevista, realizada con preguntas elaboradas por estudiantes de Ciencias Sociales, hace hincapié en temas relacionados con la igualdad racial, las políticas públicas y las acciones afirmativas. Entre los conceptos debatidos, sobresalen la representatividad, la diversidad institucional y las relaciones raciales en Brasil. Como aporte, la entrevista evidencia tanto los avances como los límites de la actuación del Estado brasileño en la promoción de la equidad racial, especialmente en el ámbito de la política exterior. Además, resalta la importancia de un cuerpo diplomático más plural como herramienta de transformación interna y de proyección internacional coherente con la diversidad de la sociedad brasileña.

Palabras clave: Igualdad racial; Representación diplomática; Acción afirmativa; Diversidad institucional.

ABSTRACT

The interview with diplomat Fabrício Prado, granted to the Tutorial Education Program of Social Sciences at the University of Brasília (PET/SOL), addresses the complexity of racial representation within the Brazilian Ministry of Foreign Affairs (Itamaraty). The purpose of the conversation is to shed light on the challenges and possibilities for including Black, quilombola and Indigenous individuals in Brazilian diplomacy, based on the interviewee's experience. Throughout the dialogue, Prado highlights the gap between the racial composition of Brazilian society and the low presence of Black people in the diplomatic corps, questioning the impact of this absence on the legitimacy of foreign policy. The interview, conducted with questions prepared by Social Sciences students, emphasizes themes related to racial equality, public policies and affirmative action. Among the concepts discussed, the most prominent are representation, institutional diversity and race relations in Brazil. As a contribution, the interview reveals both the progress and the limitations of the Brazilian State's efforts to promote racial equity, especially in the field of foreign policy. It also underscores the importance of a more diverse diplomatic corps as a tool for internal transformation and for projecting an international image aligned with the diversity of Brazilian society.

Keywords: Racial equality; Diplomatic representation; Affirmative action; Institutional diversity.

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A construção de uma política externa comprometida com a igualdade racial e a inclusão social é um desafio constante no cenário internacional. No Brasil, a democratização das relações diplomáticas e a ampliação da representatividade dentro das instituições são temas cada vez mais discutidos, impulsionados por iniciativas que buscam fortalecer a participação social e promover a diversidade.

No dia 13 de dezembro de 2023, o Programa de Educação Tutorial do Curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (PET-Sol) teve a oportunidade de entrevistar o Sr. Fabrício Araújo Prado, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério das Relações Exteriores. A conversa ocorreu após sua participação no evento II Saberes Negros em Sankofa, em que integrou a mesa de conferência "Política Externa Brasileira e Igualdade Racial".

Formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Prado possui especialização em Direito Internacional pela Faculdade Milton Campos e mestrado em Direitos Humanos pela Universidade de Nottingham, no Reino Unido. Diplomata de carreira desde 2009, atuou na Missão do Brasil junto à ONU em Nova York e na Embaixada do Brasil em Havana, Cuba. Atualmente, Fabrício está no Gabinete do Ministério das Relações Exteriores como conselheiro da carreira diplomática, no exercício da função de chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade.

Na entrevista, Fabrício Prado compartilhou reflexões sobre os desafios da inserção da pauta racial na política externa brasileira, os avanços institucionais nessa área e a importância da participação da sociedade civil nesse processo. A seguir, confira os principais pontos dessa conversa enriquecedora.

2. ENTREVISTA

E (Augusto): Primeiramente, boa tarde a todos! Gostaria de agradecer ao Senhor Fabrício Prado por nos receber aqui hoje. Em nome do Programa de Educação Tutorial de Sociologia da UnB, mais uma vez, estamos muito felizes por tê-lo conosco. Sabemos das diversas encruzilhadas e caminhos que a vida nos apresenta, e o Itamaraty é um espaço predominantemente ocupado por corpos brancos, pouco representativos da pluralidade do Brasil. Houve algum momento marcante em sua vida que despertou seu interesse por essa carreira? Como foi o percurso, desde a infância ou desde quando começou a pensar sobre carreira e futuro, até chegar aqui?

F.P. (Fabrício Prado): Posso, vamos lá! Boa parte das pessoas que entram na carreira diplomática já tem isso como vocação desde muito cedo, geralmente por ter algum tipo de proximidade com a carreira. Às vezes não precisa nem ter diplomata na família, mas alguém diplomata no seu universo de referências, e aí aquilo passa a ser uma possibilidade. No meu caso, não era exatamente assim. Meus avós eram semianalfabetos — os quatro. E meus pais foram a primeira geração a ter acesso ao ensino superior. Então, eu nunca tive a diplomacia como referência concreta; inclusive, a primeira vez que entrei no Itamaraty foi para tomar posse. Mesmo para mim, que fiz o concurso, a carreira era um pouco misteriosa. Eu sabia que tinha um certo prestígio e que haveria algum espaço de exercício intelectual, mas também associado à gestão pública. Na prática, o que eu faria? Eu não sabia.

Até me lembrei de uma situação: minha avó ficou um pouco decepcionada, porque me via estudando tanto, com toda aquela dedicação, e ela falava: “Meu filho, mas é tanto sacrifício para quê? Você vai virar o quê?” Aí eu falei: “Vó, eu vou assumir como terceiro-secretário” — que é o nome do cargo. E ela ficou meio desapontada pelo fato de ser o “terceiro”. Ela não entendia bem, e eu também não. “Terceiro? O que é isso? O que você faz? Faz o quê, né?”

Acredito que esse percurso começou ainda no ensino médio, com meu interesse pelas aulas de História e Geografia. Desde então, eu também me sentia muito atraído por línguas estrangeiras e pela ideia de alteridade, de contato com o exterior — talvez porque eu não me sentisse completamente pertencente ao espaço social em que cresci, em Belo Horizonte. Estudei em escola particular e me identifico como um homem negro de pele clara. E essa questão da identificação, do pertencimento racial, é uma caminhada, um processo em constante construção.

E (Augusto): Perdão por te interromper, mas de onde você vem de Belo Horizonte?

F.P.: Eu vivi boa parte da minha infância e adolescência no Funcionários [bairro], na região central da cidade. A família da minha mãe era do Planalto [bairro], que é um bairro mais periférico. E a família do meu pai nem era de Belo Horizonte; era de Betim, uma periferia mais industrial da região metropolitana. O que eu tenho de memória? Meu pai e minha mãe tiveram origens e famílias muito simples. Então, o espaço de escola particular de Belo Horizonte, bem conceituada, era muito novo para a minha família. Enfim, eu tinha esse interesse por línguas estrangeiras, tinha interesse por conhecer outros lugares. Mas isso tudo parecia muito distante!

E aí, todo o processo do vestibular — que agora mudou um pouco, mas na época era uma coisa muito definitiva. Não sei bem se o Enem é assim hoje; talvez siga sendo muito definitivo na vida. E tomar uma decisão para a sua vida inteira com 17 anos, com repercussões para a família também, não é fácil. Eu gostava de Filosofia, gostava de Ciências Sociais. Quando eu vim com esse papo de Ciências Sociais, de Filosofia, não pegou bem em casa. É um sacrifício intergeracional, tipo assim: “Não é só você!”, “E se a gente perde o emprego?”. O que de fato aconteceu logo depois do vestibular. Acabei fazendo a faculdade de Direito pelas melhores perspectivas de emprego e renda.

Então, é isso: depois que entrei na faculdade de Direito, a diplomacia passou a ser parte do repertório. Tinha um ou outro aluno que estava estudando [para ser diplomata]. E, quando a gente fala hoje de representação, isso é muito importante! Porque, se você realmente não consegue ver ninguém que tenha alguma semelhança com o teu corpo, com a tua história, com a sua origem, é difícil, né? Você fala: “O que eu vou fazer ali?”

E (Augusto): Um grande exemplo foi o que o senhor nos deu agora. Você mostrou várias fotos⁵.

E (Jacqueline): Impossível se reconhecer!

E (Augusto): Exato! Como mulheres, nenhuma conseguiu se reconhecer ali, e, como pessoas negras, se reconheceu uma depois de quantos anos?

F.P.: Eu estava preparando um discurso e surgiu essa dúvida: “Ah, já teve? Não teve? [Ministro de Relações Exteriores negro]”. Fiquei sabendo há pouco tempo que já tivemos um chanceler negro por meio da pesquisa de uma colega nossa, a Rafaela Seixas⁶. Pelos retratos pintados e fotos da galeria de ex-ministros [que fica no Gabinete do MRE], são difíceis de identificar. Lembrei das fotos do Machado de Assis nos livros de ensino médio. Ele parecia uma pessoa branca, né? Eu não o via como uma pessoa negra, nunca imaginei na época. Engraçado, porque ao ler os livros você percebe que há um olhar diferente ali, mas, olhando a foto, eu pensava: “pessoa branca, né?”. Enfim, há sub-representação, como também é o caso das mulheres. Muito claramente, é uma falha! Não é só no Brasil. É uma carreira que, no resto do mundo, é muito masculina, branca, de elite.

E (Hiann): Eu gostaria de continuar perguntando sobre a sua trajetória, com relação ao período depois que o senhor entrou no Itamaraty, depois que o senhor conseguiu alcançar o cargo de terceiro secretário. Quais foram as principais dificuldades que o senhor enfrentou e percebeu que ocorreram porque o senhor era negro? E que, caso fosse uma pessoa branca, não teria que passar por aquilo ou teria passado de maneira mais fácil?

F.P.: Foi muito interessante porque, quando eu entrei na faculdade, não havia cotas nem programa de ações afirmativas. Eu não tive oportunidade de me deparar com essa questão, mas, na época, eu já tinha alguma consciência. Quando fui prestar concurso no Rio Branco, já existia um programa de ações afirmativas do Itamaraty. Foi um processo subjetivo e psicológico muito importante para mim, no sentido de reconhecimento. Não foi simples, porque, apesar de ter vindo de uma família com ascendência mais popular, não saber de onde vem sua família é muito sintomático. Geralmente, as pessoas citam cinco gerações de antecedência; eu não faço a menor ideia. Nunca quis fazer os testes genéticos, porque tenho uma certa resistência à ideia de definir a identidade a partir de um teste. Mas, querendo ou não, estudei em uma escola particular e tive um grau de apoio que eu sabia ser um privilégio considerável no contexto brasileiro. Assim, ao me candidatar para o programa de ações afirmativas, duas coisas pesaram muito para mim: do ponto de vista racial, eu não tinha dúvida de que compartilhava, ainda que em menor grau do que pessoas que não estão no espectro pardo, a identificação como pessoa negra. Não tinha dúvida de que eu me alinhava ao programa, ao seu objetivo e ao público que buscava atender. Ao mesmo tempo, eu tinha um mínimo de estrutura e sabia claramente que não queria ter prioridade em relação aos outros. Eu participei, fui classificado, mas não recebi a bolsa. Até hoje não sei exatamente, nem procurei saber, qual foi o critério.

E (Jacqueline): E já funcionava como uma banca de heteroidentificação naquele período?

F.P.: Acho que sim, mas não tinha esse nome. Não tenho certeza. Eles levavam vários elementos em consideração, mas, no fundo, acho que era.

E (Augusto): Tem uma data aproximada desse período em que o senhor fez a entrevista?

F.P.: Foi em 2008 ou 2009, porque eu passei no concurso em 2009. Quando eu entrei no Itamaraty, meu primeiro chefe era um diplomata negro também, o Embaixador Silvio Albuquerque⁷, que tem um livro referência sobre o combate ao racismo na política externa brasileira, o que ajudou muito nessa adaptação à instituição. O MRE é uma instituição muito específica, não é muito explícita em quase nada, e eu tinha a sensação de estar fora do padrão em várias dimensões: classe, raça, posicionamentos políticos e ideológicos.

⁵ O exemplo dado refere-se à antessala onde ocorreu a entrevista, cujas paredes exibiam retratos de diversos ex-ministros das Relações Exteriores. Os integrantes do PET observaram que todos os retratados eram homens brancos.

⁶ Rafaela Seixas Fontes é diplomata de carreira, subchefe da Divisão de Saúde Global e mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), com dissertação sobre a política externa sueca sob uma perspectiva negra e abolicionista. Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e foi bolsista do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco. Serviu na Embaixada do Brasil no Cairo, onde liderou o projeto que levou o grupo Olodum ao Egito. Idealizou e coordenou a Mentoria Mônica de Menezes Campos (2021 a 2024), responsável pela aprovação de 15 diplomatas negros, entre eles 8 mulheres negras. Atuou na Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia, onde desenvolveu o projeto sobre a feminização do HIV, “Sem pudor e com poder”. É coautora do livro *DiplomatAs* (2023), com o texto “Mônica de Menezes Campos (1957–1985)”. Também possui formação em teatro, com experiência no Teatro do Oprimido. Informações fornecidas pela própria Rafaela Seixas Fontes, em comunicação pessoal à autora em maio de 2025.

⁷ Silvio José Albuquerque e Silva nasceu em 1961, em Niterói (RJ), e concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1987. É formado em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e possui mestrado em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, na Bélgica (CRE aprova novo embaixador no Quênia; indicação vai a Plenário).

Naquela época, tínhamos um grau de elaboração coletiva muito menor. Hoje eu participo dos debates e dos coletivos de diplomacia e negritude, mesmo sem ter entrado como cotista ou recebido a bolsa do programa de ação afirmativa. Mas, na época, não havia coletivo; existiam apenas os grupos de apoio de bolsistas e, depois, os grupos de cotistas. Eram pouquíssimos diplomatas que, vamos colocar assim, levantavam a bandeira. A postura padrão de identidades dissonantes dentro do Itamaraty era de certa discrição, de serem ainda mais dedicados que a média. Acho que, no fundo, essas questões estavam presentes, mas não de forma elaborada. Havia a sensação de que existia algo em você que era diferente e que, por isso, era preciso ir além. Isso é muito comum entre mulheres e outros grupos também. Quando você ocupa uma posição um pouco à margem do padrão, nem sempre tem isso completamente elaborado, mas sente que precisa mostrar serviço. E ter consciência de que havia regras que eu desconhecia gerava em mim uma ansiedade maior de tentar correr atrás.

E (Augusto) - Que é o caso que geralmente pessoas não negras não sentem? Elas se sentem confortáveis nesses espaços, então justamente mulheres, pessoas negras e LGBTs, enfim, sentem muito mais esse ímpeto de achar que está faltando alguma coisa nas suas atitudes, não é?

F.P.: É, essa coisa da síndrome do impostor é muito presente, né? Em todos os espaços em que circulei, eu sempre começava um pouco lá. Acho que não dá para generalizar, porque afirmar que todos passam por isso é complexo, as subjetividades são complexas. É importante tomar certo cuidado com essas simplificações. Em um espaço como esse, algumas coisas que no mundo real não são fragilidades ou marginalidades podem vir a ser. Então, por exemplo, um homem branco de determinada elite econômica, mas que vem de São Luís e não do Rio de Janeiro, no ambiente do Itamaraty da década de 60, já vivia uma situação específica. Mas, obviamente, ainda era mais privilegiado do que seria uma mulher, como foi o caso de Mônica de Menezes⁸, que entrou lá em 1978. Acho que esses recortes são importantes, mas nem sempre são simples.

E (Hiann): Eu gostaria de retomar uma questão mencionada pelo senhor em sua palestra no II Saberes Negros em Sankofa. O senhor afirmou que, “como manifestação do racismo estrutural, o Itamaraty — assim como outras instituições políticas — carrega uma contradição: pertence a um país que tem a maior população afrodescendente do mundo, mas conta apenas com uma minoria desse grupo em suas carreiras”.

Nesse sentido, como o senhor, enquanto diplomata, compreende que a falta de diversidade no Itamaraty impacta as relações do Brasil com outros países? Quais perdas podem ser observadas em razão da baixa presença de diplomatas negros atuando de forma efetiva na política externa brasileira? E, em sua perspectiva, como os demais países percebem essa contradição — a de um Estado que é o maior país afrodescendente do mundo, mas que apresenta pouca representatividade negra em sua diplomacia?

F.P.: Eu considero que a falta de diversidade no Itamaraty compromete o debate de política externa, tanto enquanto política de Estado quanto enquanto política de governo. Tenho uma visão crítica dessa ideia monolítica de “interesse nacional”, pois entendo que existem múltiplas possibilidades de interesses nacionais a serem defendidos. A política externa não é exclusivamente uma política de Estado; ela também é atravessada por diretrizes de governo. Por isso, responder a essa questão de maneira válida para todos os governos seria muito difícil. Vou me concentrar, então, no contexto atual, o do terceiro governo Lula.

A ausência de diversidade no Itamaraty cria uma dissonância — uma incongruência entre discurso e prática — que afeta a legitimidade das posições defendidas pelo Brasil no exterior. Essa lacuna não impede que o país atue, mas certamente prejudica a eficácia institucional. Quanto mais diverso for o corpo diplomático, maior será a capacidade do Ministério de cumprir o mandato que o governo atual propõe.

Sobre as perdas decorrentes da baixa presença de diplomatas negros nas relações exteriores, entendo que ela reforça preconceitos persistentes: a noção de que pessoas negras não teriam capacidade para ocupar posições de comando ou espaços de poder político, econômico, midiático ou simbólico. O Itamaraty, nesse sentido, é uma instituição fortemente associada ao poder — é também um capital cultural. O movimento negro, há décadas, tem interesse particular na diplomacia brasileira justamente porque ela funciona como uma instituição-síntese, em que essas contradições ficam mais evidentes.

⁸ Mônica de Menezes Campos nasceu no Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1957. Em 1976, ingressou no curso de Letras na Universidade de Brasília. Em 1978, contrariando orientações anteriores, decidiu participar de um curso preparatório para o exame do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD). Aprovada no exame, concluiu a formação e, em 2 de setembro de 1980, assumiu o cargo de Terceira-Secretária, tornando-se a primeira diplomata negra do Brasil. Seu ingresso na carreira diplomática recebeu ampla cobertura da imprensa nacional, com destaque em veículos como *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Correio Braziliense* (OLIVEIRA, 2024).

O Brasil é um país relevante e com grande impacto nas relações internacionais, ainda que tenha suas limitações, como todos os outros. Não define sozinho a agenda internacional, mas exerce considerável influência. Por isso, o serviço exterior brasileiro deveria ampliar a representação de mulheres, de pessoas negras, de pessoas LGBTQIA+, de pessoas com deficiência, de quilombolas e indígenas, de modo a fortalecer a amplitude, a coerência e a legitimidade de seus discursos — especialmente porque o país se posiciona como defensor do multilateralismo e dos direitos humanos. Para além da composição do corpo diplomático, é igualmente necessário adotar métodos de trabalho mais inclusivos.

Outro aspecto importante é o da participação social. A política externa também deve ser entendida como um campo no qual representantes de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, academia e outros setores têm contribuições relevantes. Historicamente, determinados interlocutores políticos e econômicos — marcados por uma certa origem, gênero ou raça — sempre tiveram acesso ao Ministério, enquanto outros e outras não.

Por fim, quanto à percepção dos demais países sobre essa contradição brasileira — o fato de sermos o maior país afrodescendente do mundo, mas com baixa representatividade negra na diplomacia — trata-se de um exercício complexo de alteridade. Posso relatar, no entanto, o que já ouvi algumas vezes de diplomatas estrangeiros: que eu seria um diplomata “muito diferente” do perfil ao qual estavam acostumados quando pensavam em diplomatas brasileiros. Talvez isso tenha sido um elogio; talvez uma crítica (risos).

Todos(as) riem.

E (Augusto): Qual o significado da palavra “diferente” que eles tomam, né?

F.P.: Então, aí entra o problema da linguagem diplomática. Nesses casos a que estou me referindo, de alguns países que não vou nomear, quero crer que foram elogios. Mas não há como garantir que era isso. Talvez tenha sido uma percepção inconsciente dessa questão racial, porque, de fato, ela está presente. Em encontros com a sociedade civil na ONU, algumas vezes as pessoas já se reconheceram em mim de uma forma que eu acredito que não aconteceria com um colega branco.

Uma coisa de que me lembro bem são conversas com alguns colegas diplomatas africanos, durante negociações na ONU sobre a questão afrodescendente. Eles demonstram um certo estranhamento com o nosso conceito de “negro”, e isso é algo de que pouca gente se dá conta aqui no Brasil. Imagino que talvez a Mylena — que, naquele momento da entrevista, era a pessoa de pele mais escura na sala — fosse reconhecida como “africana”, talvez não.

E (Jacqueline) - Nem a Mylena.

F.P.: Complexo isso, não é? Porque é uma construção das pessoas negras brasileiras, e às vezes está associada a um retorno às raízes. Quando você finalmente tem esse contato, ser rechaçado naquela identidade pode ser um pouco difícil. Tenho a impressão de que, daqui da mesa, nenhum de nós seria reconhecido como um igual. Em alguns países há uma certa dificuldade com o termo afrodescendente. Alguns têm medo de que os recursos internacionais possam ir para a diáspora em detrimento da atenção aos países africanos. A União Africana, apesar disso, tem uma representação para a diáspora. Na institucionalidade da União Africana isso está um pouco melhor resolvido, porém, no dia a dia, no contato mais direto, é mais complexo. Muitas vezes eu me vi tendo que lançar mão de alguns elementos que eu sabia que ressoavam nesses países para facilitar o diálogo e a identificação. Eu tinha memorizado algumas palavras em iorubá, algumas referências banto, alguns pratos típicos...

E (Augusto): Buscando ter um jogo de cintura.

F.P.: É... já que o que acontece é uma certa não aceitação da nossa identificação, com uma imposição de distância e alteridade. Geralmente, a resposta que eu tinha era de surpresa. Agora, isso ocorre com países que não têm uma conexão mais próxima com o Brasil. Já com países que têm uma conexão maior, principalmente os de língua portuguesa, o que impera é mais o nosso desconhecimento — e nisso eu me incluo também — do que o contrário. E assim, geralmente eles têm uma noção, inclusive das nuances dos debates sociais que existem no Brasil, que a gente não tem em relação a eles.

Uma coisa que agora me ocorreu, e que eu não havia comentado ainda, é que, para um diplomata que nunca foi racializado (independentemente da sua identidade), quando serve em outro país e tem a obrigação de

representar, informar e negociar, isso pode ser uma dificuldade. Se o diplomata não tiver um entendimento mais sofisticado das relações raciais no Brasil, ele não conseguirá fazer uma análise das sutilezas das relações raciais nos outros países. E hoje, mais do que nunca, as questões raciais são categorias fundamentais para entender a política. Não acho que todos os diplomatas têm que ser obrigados a ter essa formação, e ter isso como referência; porém, ter pelo menos alguns diplomatas com essa formação já ajudaria. Um que seja já tem um impacto significativo, porque as análises políticas no MRE são feitas de forma coletiva. Geralmente, essas análises são feitas a partir do diálogo: você estuda, conversa com vários interlocutores do país, depois conversa com seus colegas e submete aquelas análises à apreciação da chefia. Uma pessoa que tem esse olhar já faz muita diferença na produção de conhecimento e na ação diplomática.

Hoje, quando as pessoas geralmente pensam nas relações étnico-raciais como determinantes da política, vão pensar na África, né? Mas na Europa também há questões raciais muito presentes. Se você não tem proximidade com esse debate — seja pela tua experiência, seja pela leitura — é mais difícil fazer essas análises. Pode ser que a pessoa seja fora da curva, genial, mas a chance é menor.

E (Augusto): Ainda nessa perspectiva que você está trazendo sobre as relações dos embaixadores com outros países, uma questão que me vem muito à mente é a dos primeiros embaixadores negros que tivemos. Você mesmo mencionou isso no nosso primeiro encontro, ao citar figuras como Mônica Menezes Campos e Raimundo Sousa Dantas.

F.P.: É porque aí entra a questão das hierarquias. O senhor Raimundo Sousa Dantas não era de carreira, mas foi o primeiro embaixador negro a receber credenciais. Já o primeiro diplomata da carreira a ser promovido a ministro de primeira classe é o embaixador Benedicto Fonseca Filho, que está na África do Sul desde 2010.

E (Jacqueline): Nossa, muito recente!

E (Augusto): A própria Mônica, ela é dos anos 1970, né?

F.P.: Ela entrou em 1978 no Itamaraty. Ela faleceu alguns anos depois.

E (Augusto): Pela pesquisa que eu estava fazendo, ela faleceu em 1985. Infelizmente foi uma carreira muito curta.

F.P.: Muito curta.

E (Augusto): Nessa perspectiva de baixa representatividade e inserção, algo que sempre me faz refletir é como o Itamaraty, e os embaixadores em geral, lidam com essas questões. Quando falamos de diversidade nos cargos, entendemos que pessoas negras ou mulheres tendem a expor com mais clareza pautas ligadas à sua identidade. Assim, a representatividade se conecta diretamente ao letramento racial. O próprio censo realizado no Itamaraty revela um número ainda muito baixo de pessoas negras.

F.P.: Assustadoramente baixo, embora não surpreendente!

E (Augusto): A gente precisaria que essas outras pessoas não negras tivessem algum nível de letramento racial ou, pelo menos, algum tipo de contato com cursos, palestras ou workshops.

F.P.: É interessante porque ontem mesmo realizamos a primeira reunião da Comissão de Promoção da Diversidade e da Inclusão do Itamaraty. E não é a primeira vez que essa pauta aparece: já tivemos Comitê de Gênero e Raça alguns anos atrás. Em 2019, contudo, foi extinto. Agora voltamos com uma segunda geração de ambientes institucionais de diversidade e inclusão. Essa reunião foi chefiada pelo ministro Mauro Vieira, homem branco do Rio de Janeiro, que ficou lá todo o tempo e está dando um apoio muito grande a esses debates internos. Olha, a gente tem grandes aliados, pessoas muito atentas, que buscam letramento, porém não são a maioria, eu diria. Claro que uma postura hostil também é muito rara — quero dizer, uma postura abertamente hostil. Inconscientemente a pessoa pode reproduzir comportamentos muito negativos; acredito que isso acontece em grande medida. Qual é a reação desse universo majoritariamente branco a essas mudanças? Eu acho que é um misto de desconforto, contudo também há uma abertura genuína para tentar entender, no contexto diplomático. É sempre muito difícil medir reações em ambientes diplomáticos de imediato. Se você me fizer essa pergunta daqui a alguns anos, eu provavelmente vou te dar uma resposta muito mais precisa, porque, neste exato momento, a chance de qualquer dissenso contrário à linha oficial é muito pequena. É possível que haja pessoas que não estejam muito cómodas nem muito felizes com esses

movimentos inclusivos, ainda que esses movimentos sejam limitados. Eu acho que depende muito para onde a sociedade brasileira vai apontar também. Tivemos um período recente em que havia sinalizações no sentido contrário...

Eu acho que esses movimentos de diversidade e inclusão vêm do esforço de atores e atrizes de dentro da instituição, mas são inspirados principalmente por uma mudança de orientação política mais geral no governo federal e na sociedade. O Itamaraty carrega essas complexidades e contradições. Foi o primeiro Ministério que teve uma funcionária pública concursada, embora hoje, tanto tempo depois, ainda tenha uma representação feminina muito baixa. Foi também o primeiro órgão da administração pública federal a ter um programa de ação afirmativa, ainda assim tem uma grande sub-representação de pessoas negras. São dinâmicas complexas mesmo.

E (Augusto): O senhor estava falando sobre o pacto da branquitude, e há uma articulação com Cida Bento, uma das autoras que propõem essa perspectiva. A nossa pergunta envolve o indivíduo branco e esse pacto narcísico, que consiste em se reconhecer nesse lugar de poder e buscar proteger sua posição por meio da manutenção de suas próprias perspectivas.

E (Augusto): O senhor percebe essa dinâmica de branquitude no Itamaraty, seja pelo tradicionalismo, seja pelo tratamento formal (“senhor”, “senhora”), como um mecanismo que mantém os espaços de poder predominantemente brancos? Ou seja, esse conservadorismo institucional acaba reforçando, mesmo que indiretamente, essa imagem branca do Ministério, apesar da presença de diplomatas negros?

F.P.: Então, eu acho que há uma complexidade no Itamaraty. É uma elite que aspira a um grau de sofisticação intelectual e civilizacional, que é uma palavra também perigosa. Então, sim. Eu acho que há identidades e simpatias, e, de novo, não apenas no aspecto racial. Porque eu acho que o aspecto racial está junto e misturado com as questões de gênero, classe e região. Então, sim, eu vejo que isso opera. Mas acredito que opera menos do que na sociedade, do que, talvez, na comunidade empresarial, na política ou em outros espaços de poder. Porque é justamente parte do pacto narcísico da carreira um certo grau de abstração. O Itamaraty, por incrível que pareça, sempre teve um apego maior a parâmetros de direitos humanos. Para te dar um exemplo: Alberto da Costa e Silva⁹, um dos maiores africanistas do Brasil. Branco. Diplomata. E tem outros exemplos assim...

E (Jacqueline): O próprio Joaquim Nabuco, que foi abolicionista, e que era diplomata também.

F.P.: Não tem vácuo de poder na política e não tem espaço que vá sendo ocupado sem alguma reação. A depender da direção que a política nacional tomar nos próximos anos, setores contrários à diversidade e inclusão podem voltar a exercer influência.

E (Augusto): Se sentiram mais à vontade para falar sobre pautas que antes eram mais delicadas.

F.P.: Parece ser uma franja, algo bem limitado; não acho que seja majoritário na instituição. Agora, temos pouco espaço para o contraditório no Itamaraty, sempre mediado pela hierarquia. Isso, eu acho, limita um pouco. A praxe institucional é de não questionar a orientação da chefia. Na gestão passada, houve posições institucionais contrárias à diversidade e inclusão, mas também ocorreram reações internas e externas à instituição. Nesta gestão, esses princípios estão sendo implementados. As críticas públicas de interlocutores internos e externos são em relação a mudanças ainda mais ousadas. Não me lembro de reclamações públicas contrárias à diversidade e inclusão. De novo, é difícil ter uma avaliação definitiva agora, mas espero que esse espírito de renovação interna seja incorporado às tradições institucionais. Acho que essa é a última; acho que já me prolonguei.

E (Augusto): Claro que não. A gente só tem a agradecer a você pelo tempo que você disponibilizou. Sabemos que o seu tempo é muito precioso.

F.P.: Legal. Foi ótimo, foi uma terapia. Pensei em várias coisas que eu nunca tinha parado para pensar; no dia a dia, dificilmente a gente tem tempo para refletir.

⁹ Alberto da Costa e Silva foi membro da Academia Brasileira de Letras, escritor, historiador e diplomata, Doutor Honoris Causa em Letras pela Universidade Obafemi Awolowo (ex-Universidade de Ifé), na Nigéria, em 1986, e em História pela Universidade Federal Fluminense, em 2009. Como diplomata, entre outras atividades, representou o Brasil em numerosas reuniões internacionais, tendo sido delegado do Brasil na reunião da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África, em Adis Abeba, em 1961. Foi, também, embaixador em Lagos, Nigéria (1979-1983), e cumulativamente em Cotonu, República do Benim (1981-1983). Sua vasta produção bibliográfica inclui livros de poesia, ensaios, antologias, memórias, literatura infanto-juvenil e história (SOARES; MUTZENBERG, 2014).

E (Augusto): Eu acho que a gente poderia tirar uma foto também.

F.P.: Lógico. Vamos!

Registro fotográfico

Fotografia 1 – Entrevista no Palácio Itamaraty



Fonte: Acervo PET/Sol, 15 dez. 2023.

Fotografia 2 – Registro da mesa “Política Externa Brasileira e Igualdade Racial”



Fonte: Acervo PET/Sol, 13 dez. 2023

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. CRE aprova novo embaixador no Quênia; indicação vai a Plenário. 14 dez. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/14/cre-aprova-novo-embaixador-no-quenia-indicacao-vai-a-plenario>. Acesso em: 3 abr. 2025.

OLIVEIRA, Beatriz. Mônica de Menezes: conheça a primeira diplomata negra brasileira. 7 jun. 2024. Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/monica-de-menezes-conheca-a-primeira-diplomata-negra-brasileira/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

SOARES, Eliane Veras; MUTZENBERG, Remo. Entrevista com Alberto da Costa e Silva. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 1, p. 11-26, jan. 2014. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.16182>. Acesso em: 3 abr. 2025.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. Diplomacia brasileira quer acabar com rótulo de masculina, branca e de pai para filho. *Geledés*, 17 abr. 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/diplomacia-brasileira-quer-acabar-com-rotulo-de-masculina-branca-e-de-pai-para-filho>. Acesso em: 3 abr. 2025.

Data de submissão: 05/06/2025

Data de aceite: 02/12/2025

Data de publicação: 15/12/2025